Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano III nº 66
12/11/98 a 25/11/98
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

JOÃO PEDRO **STEDILE,** DO **MST,** **FALA** AO **OPINIÃO SOCIALISTA.** *PÁG. 4*

PACOTÃO DE FHC QUER A SUA CABEÇA

CHEGA DE DESEMPREGO!

REDUÇÃO DA JORNADA, SEM REDUÇÃO DO SALÁRIO!

SOCIALISTAS QUEREM **JULGAMENTO E PUNIÇÃO** DE **PINOCHET.** *PÁG. 11*

REFORMA POLÍTICA ENTRA EM DEBATE NO CONGRESSO. *PÁG. 12*

ESPAÇO ABERTO

Willian, Walmir e Barroso, Presente!

Há dez anos, no dia 9 de novembro de 1988, os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), foram protagonistas de uma das mais heróicas greves que este país já assistiu. Os trabalhadores da CSN em greve, reivindicavam reposição de 26,06% do Plano Bresser, reintegração dos demitidos por motivos políticos e a implantação da jornada de 6 horas para trabalhos em turnos ininterruptos de revezamento em cumprimento à recém promulgada Constituição Federal de 1988.

Neste dia, soldados do Exército brasileiro oriundos de vários quartéis do Estado do Rio de Janeiro e o Batalhão de Choque da PM, obedecendo ordens do governo José Sarney, foram mobilizados até Volta Redonda para tentar por fim à greve com ocupação que já durava dois dias.

Pelo lado dos trabalhadores havia disposição de não por fim a greve e resistir mesmo com a chegada do Exército. Do outro lado, a decisão de enviar mais tropas de outras cidades para ocupar a siderúrgica mostrava que os militares estavam dispostos a tudo. Foram trazidos Batalhões do Rio, Petrópolis, Valença e Paracambi para enfrentar os metalúrgicos dentro da CSN. O Batalhão da cidade vizinha de Barra Mansa, onde os soldados eram conhecidos dos metalúrgicos e na maior parte, parentes ou vizinhos dos trabalhadores, foi retirado da Usina.

Do lado de fora da CSN, o batalhão de choque da PM com todo aparato repressivo, travava uma violenta guerra contra a população de Volta Redonda contabilizando centenas de pessoas presas e feridas.

Numa das mais longas noites já vividas pelos trabalhadores da empresa, o Exército derramou sua fúria repressora sobre os metalúrgicos em greve que resistiam e lutavam bravamente contra a intervenção militar. Vários operários foram presos e covardemente espancados.

Tragicamente foram assassinados os metalúrgicos Willian, Valmir e Barroso.

A partir da morte dos três companheiros, os mais de 5 mil trabalhadores que se encontravam entrincheirados no Departamento da Aciaria, realizam uma assembléia e decidem se retirar da Usina. A greve continuou do lado de fora da empresa, recebendo o apoio de toda a população da cidade.

Somente no 17° dia de greve foi que o governo federal, mesmo mantendo o Exército dentro da Usina, decidiu atender todas as reivindicações dos trabalhadores.

Porém, agora desde agosto, apesar da proximidade dos 10 anos desta greve, a direção da CSN, juntamente com a Força Sindical, começou a implementar o retorno das oito horas, iniciando-o em um setor, o que abre caminho para a volta das 8 horas em toda Usina e para posterior demissão de mais de 4 mil trabalhadores. A oposição metalúrgica da CUT Sul Fluminense já vem denunciando este episódio.

No dia 9 de novembro, quando nos lembramos dos 10 anos desta trágica intervenção militar na CSN e desta importante luta, o movimento popular de Volta Redonda juntamente com todo o movimento sindical combativo prestarão homenagens aos nossos mártires Willian, Valmir e Barroso, que tombaram na luta pela implementação do turno de seis horas na CSN.

Tarcício Pereira
presidente do PSTU de Volta Redonda (RJ)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Jorge Tibiriça, 238 – Saúde
CEP 04126-000 São Paulo — SP

Fax: (011) 549-9699 ou 575-6093 ramal 34

E-mail: jornalopiniao@uol.com.br

Visite nossa home page:
pstu.home.ml.org

O QUE SE VIU

Ivo Gonzalez

Moradores das favelas do Jardim América, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, ocuparam e enfrentaram, no último dia 2 de novembro, a tropa de choque da PM na Linha Vermelha, em protesto contra a violência policial que causou a morte de um morador e o desaparecimento de outro.

O QUE SE DISSE

"Só um louco ululante acredita que a CPMF foi usada para aumentar as verbas da Saúde."

José Serra, ministro da Saúde, que teve um arroubo de sinceridade e resolveu assumir o que todo mundo já sabia há muito tempo: a CPMF foi uma grande trapaça porque a grana arrecadada foi (e vai) para pagar juros da dívida pública. Na revista *Isto É*, em 11/11/98.

"Entre 1994 e 1998 (execução financeira), o gasto com saúde, como proporção do PIB, caiu 12,4%. O total de despesas no entanto, subiu 22,6% (...) A arrecadação do CPMF, cobrada a partir de 23 de janeiro de 1997 não beneficiou a Saúde. O que houve foi desvio de outras fontes."

Trechos da nota oficial divulgada pelo Ministério da Saúde no dia 4 de novembro. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 6/11/98.

"Temos gastos menores do que gostaríamos e precisaríamos em Saúde e Educação"

Pedro Malan, ministro da Fazenda, no Congresso Nacional pondo a culpa no "rombo" da Previdência. Como se pode ver sinceridade é muito rara e quando dá, passa rapidinho. Na revista *Isto É*, em 11/11/98.

"Estamos agindo com muita ética. Preciso ter certeza de que não perdi meu tempo trabalhando para eleger um governo, que esse governo não vai me deixar na mão."

Aberlardo Lupion, deputado federal (PFL-PR) da bancada ruralista no Congresso Nacional, depois de conseguir a renegociação da dívida de R$ 600 milhões dos ruralistas, em troca do apoio na votação da Reforma da Previdência. Como é eclético esse conceito de ética... Na revista *Isto É*, em 11/11/98.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Artgraf

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

EQUIPE DE EDIÇÃO
Bernardo Cerdeira, Fernando Silva

EDITORIAL

É hora de resistir

Há algo de podre no reino de FHC. O episódio das escutas telefônicas no gabinete da presidência do BNDES na época da privatização da Telebrás, as estranhas e não esclarecidas denúncias de uma suposta sociedade entre FHC, Serra, Covas e o falecido Sérgio Motta em uma conta milionária no Caribe, mostram que as coisas não mudaram nada na corte de FHC. Estes episódios (com todas as reservas que devemos ter com denúncias que partem de figuras como Maluf e Collor) merecem e devem ser seriamente investigados e esclarecidos.

Onde há fumaça, pode haver muito fogo. E cabe a toda oposição exigir uma investigação pra valer, exigindo a abertura de uma CPI. Até porque, o esforço que está sendo feito pelo governo para abafar estes episódios (que demoraram muito para virem a público) é indicativo de que pode ter muita lama nos subterrâneos do poder.

Rolo compressor em movimento

Mas enquanto isso, FHC conseguiu uma expressiva vitória na Câmara dos Deputados ao terminar de aprovar os últimos pontos da Reforma da Previdência (com as alegorias de sempre como o perdão de dívida de centenas de milhões de reais dos usineiros).

O governo prepara agora um cronograma de votações na base do rolo compressor. Ele precisa aprovar 12 medidas provisórias que regulamentam a Reforma da Previdência, sem o que o governo não pode promulgar esta reforma na Constituição. O governo precisa também acelerar no Congresso a aprovação do pacotão fiscal. Até porque, está para sair por estes dias a carta de intenções que formaliza o acordo com o FMI. E é claro que o mesmo espera resultados e sinalizações rápidas da aplicação do ajuste.

Preparar o 10 de dezembro

É diante deste quadro ameaçador que se coloca com urgência a necessidade de os trabalhadores construírem a resistência a este brutal pacote de ataques contra direitos sociais, serviços e o emprego.

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário aprovou um dia de paralisação para 10 de dezembro. Os professores, servidores, estudantes e reitores das universidades federais também estão preparando para 10 de dezembro um dia de luta com paralisações e passeatas de rua (o lema é "a universidade vai para a praça"), que será precedido por um dia de luta em 18 de novembro onde serão realizadas manifestações dentro das universidades.

O que une toda a comunidade universitária é a defesa da universidade pública, o repúdio aos cortes do ajuste na Educação (que ameaçam até fechar instituições), os ataques que vêm das reformas da previdência e administrativa. Também vários sindicatos de previdenciários estão preparando paralisações em 10 de dezembro. É preciso preparar com todo empenho estes eventos e transformar esta data em um dia de paralisação de todo o funcionalismo.

Este 10 de dezembro já estava marcado pela CUT como um dia nacional de luta pelos direitos sociais dos trabalhadores dos países do Mercosul, já que nesta data estarão reunidos no Rio de Janeiro os presidentes dos respectivos países. Agora, esta data tem que ter também um caráter de dia de luta contra o pacote do governo e suas reformas.

É imperioso que 10 de dezembro seja um grande dia de luta contra o governo FHC, uma marco na construção da resistência ao ajuste. Neste dia, a CUT, sindicatos, associações, MST, partidos e governadores de oposição devem estar juntos nas ruas participando das manifestações.

Neste dia, quem for oposição prá valer não pode se esconder.

OPINIÃO

Governo Olívio não pode ter o PDT

Júlio Flores,
ex-candidato do PSTU a senador no Rio Grande do Sul

O **PSTU** manifestou profunda satisfação com a vitória do povo gaúcho que foi a eleição do companheiro Olívio Dutra para o governo do estado. Sentimos orgulho por termos prestado apoio à candidatura de Olívio desde o 1º turno. Por termos caminhado até o final deste pleito, ombro a ombro com a militância do PT e da Frente Popular, queremos, ao mesmo tempo, manifestar nossa profunda preocupação com a possível participação do PDT no governo de Olívio Dutra.

Antes mesmo do dia 25 de outubro já apontávamos nossa contrariedade com esta possibilidade. Cerca de 15 dias antes das eleições em 2º turno, distribuímos uma nota que chamava todos a votar em Olívio, por representar a única alternativa da classe trabalhadora nesta eleição, e que, por isso, estávamos a favor da mais ampla unidade de ação – inclusive com o PDT — entre todos aqueles que queriam derrotar Britto e conduzir Olívio Dutra ao Piratini. Mas alertávamos que seria um tremendo "gol contra" a participação do PDT no governo que estávamos prestes a eleger.

Isso porque nossa vitória não pode ficar comprometida com a presença da burguesia no governo de Olívio Dutra. O PDT não está comprometido com os trabalhadores e tem ligações com o latifúndio. Isso foi demonstrado no governo Collares, que reprimiu os professores e os sem-terra e nas declarações de Brizola que diz ser "100% contra as ocupações de terra".

Nós defendemos um governo Olívio que enfrente o latifúndio e faça a reforma agrária de verdade, apoiado nas ocupações de terra por parte do MST. Que anule as privatizações como as da CRT e da CEEE; que rompa os contratos de isenção fiscal com grandes empresas como a GM e a Ford; que mantenha o Banrisul estatal e o coloque sob o controle dos trabalhadores.

Um governo, portanto, apoiado nas mobilizações e nos organismos da classe trabalhadora: os Conselhos Populares que não sejam somente órgãos de consulta, mas instrumentos efetivos de poder, com autoridade não só para definir a política do governo, mas também para indicar secretários de Estado e revogar seus mandatos. Um governo, enfim, comprometido com os trabalhadores e subordinado aos interesses da maioria da população.

MARXISMO

4ª Internacional: 60 anos

Saiu o caderno comemorativo dos 60 anos de fundação da 4ª Internacional. Publicado pela Editora Desafio e produzido pela **Liga Internacional dos Trabalhadores** (organização com o qual o **PSTU** mantém fraternais relações), este folheto debate a atualidade da IVª Internacional: o internacionalismo e a necessidade dos trabalhadores construírem uma organização revolucionária mundial.

Você pode obter este caderno com o companheiro que lhe entrega este jornal ou pelo telefone (011) 549-9699. O preço é R$ 3,00.

ENTREVISTA *João Pedro Stedile, da Coordenação Nacional do MST*

"Vamos continuar realizando ações massivas e ocupações"

O Opinião Socialista entrevistou João Pedro Stedile, membro da Coordenação Nacional do MST e um dos principais dirigentes deste movimento. Nesta entrevista, Stedile fala do significado do novo mandato de FHC, as consequências da política do governo para a agricultura e também coloca sua opinião sobre o debate de projeto na esquerda brasileira.

Opinião Socialista – Como você analisa e quais as perspectivas de um novo mandato de FHC?

Stedile — Os indicativos que temos em relação a política agrária para a próxima etapa é de um ajuste ainda maior ao modelo em geral. Nessa lógica o governo tem dito que nos próximos anos vai centrar sua política nas seguintes diretrizes: aplicar a reforma agrária de mercado, ou seja, ajustar-se à proposta do Banco Mundial, que vai liberar US$ 2 bilhões de empréstimo. Com esse dinheiro, o governo vai comprar as terras dos latifundiários à vista, transformando a tal reforma agrária, na verdade, em imobiliária agrária. Os fazendeiros farão um grande negócio e os pobres agricultores que embarcarem nessa ficarão devendo ao banco durante 20 anos.

Outra medida pretendida pelo governo é a descentralização da reforma agrária para os municípios, repassando aos prefeitos a responsabilidade pela seleção de áreas e de sem terra. Ora, isso é ridículo, porque será apenas repassar o problema, e não resolvê-lo. Repassar para o município um problema que é nacional e de classe é tapar o sol com a peneira, seria o mesmo que deixar que cada município fixasse o salário mínimo. Além disso, o governo quer fechar o Incra como autarquia responsável pela reforma agrária e transformá-lo numa pequena agência executiva, como a Anatel, sem força política, sem estrutura, sem funcionários.

E por fim, FHC quer desmontar o MST como movimento organizador dos pobres do campo.

O.S. – E a política do MST? Muda alguma coisa em relação ao primeiro mandato?

Stedile — Na minha opinião a política do MST seguirá a mesma para enfrentar essa estratégia do governo. Desde nosso congresso de julho de 1995 temos adotado algumas linhas políticas que têm se revelado acertadas, como discutir com outros setores sociais, populares, sindicais e políticos um novo projeto popular para o Brasil, que consiga se contrapor ao modelo das elites. Somente com um novo projeto popular haverá espaço para a reforma agrária.

Vamos continuar realizando ações massivas, como forma de luta principal, seja para ocupações de terra, caminhadas, ocupações de prédios públicos etc. Somente a mobilização das massas pode alterar a correlação de forças políticas na sociedade. Também queremos melhorar nossa organicidade interna e multiplicar os esforços para formação de militantes e de quadros, em todos os níveis e em todos os aspectos.

O.S. – Ainda falando sobre o governo FHC queríamos saber na sua opinião quais vão ser as conseqüências do pacote sobre a agricultura?

Stedile — O governo está metido numa enrascada representada pela lógica de todo modelo adotado, que aumentou a vulnerabilidade de nossa economia. Na minha opinião o pacote não é o central da questão. O central é o novo modelo adotado pelas elites, que subordina completamente nossa economia ao capital internacional financeiro. E nele, a agricultura está marginalizada, a indústria e o comércio nacional também. Portanto, mais do que discutir detalhes dos cortes, acho que deveríamos priorizar a denúncia do modelo como um todo, pois aí reside a perversidade maior.

> **"O governo pretende aplicar uma reforma agrária de mercado"**

O.S — Houve durante o primeiro mandato de FHC uma guerra de números em relação aos assentamentos. O governo e o ministro Raul Jungmann vivem falando que estão fazendo a reforma agrária. O que de fato o governo FHC assentou? E na sua visão, o que seria necessário em termos de assentamentos e investimentos para se falar em reforma agrária no Brasil?

Stedile — O governo FHC nunca quis fazer reforma agrária. Reforma agrária é uma solução para um problema agrário. E o governo não admite que a concentração da propriedade é um problema. Portanto sua política de assentamentos é mera política social compensatória. E mesmo assim limitada. Daí a necessidade de colocar um ministro papagaio, que sabendo que pouco fará, preocupa-se apenas com propaganda e retórica, iludindo a opinião pública e tendo, como único objetivo, tentar evitar o apoio da sociedade para o MST.

Reforma agrária é necessariamente distribuição da propriedade da terra. E no Brasil, nos últimos quatro anos, apesar de termos conquistado em torno de 130 mil famílias assentadas, no mesmo período, 400 mil pequenos proprietários perderam suas terras por causa da política do governo. O último censo agropecuário, de dezembro de 1996, revelou que a concentração da propriedade da terra no Brasil continua aumentando. Portanto é piada falar que há reforma agrária no Brasil. O Brasil continua sendo o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade. Só perdemos para o Paraguai, aonde os maiores latifundiários são brasileiros...

> **"400 mil pequenos proprietários perderam suas terras em 4 anos"**

O.S — Qual será a atitude do MST nos estados onde ganharam governadores da oposição? Por exemplo, o MST continuará a fazer ocupações de terra em estados como Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul?

Stedile — Nossa política em relação aos governadores de oposição pouco se altera. Pois o problema agrário é um problema nacional e de classe. Nosso inimigo principal é o estado (enquanto representante da classe dominante) e a classe dos latifundiários. E não os governos estaduais.

Wladimir Souza

Marchas dos sem-terra vão continuar. No destaque, Stedile

Evidentemente que nesses estados onde há agora governos populares, a correlação de forças políticas se alterou a nosso favor, e teremos mais facilidade para desenvolver nossa organização e as lutas de massa. Mas nunca devemos esquecer o princípio fundamental: o que de fato consegue conquistar mudanças reais é a capacidade de mobilização de massas. E espero que os novos governadores saibam utilizar esse mecanismo da mobilização permanente de massas, para poderem, inclusive, desenvolver e alcançar seus programas de governo. Pois sem o povo organizado não alcançaremos nada.

O.S. – Já existe na esquerda brasileira há algum tempo um debate sobre a saída ou projeto alternativo ao modelo neoliberal. Como você encara este debate? Qual é a na sua opinião o projeto alternativo que deveria ser adotado pelos movimentos sociais e de esquerda do país?

Stedile – O MST está empenhado junto com as igrejas, com movimentos populares, sindicais, e com militantes dos partidos de esquerda na construção de um projeto popular para o Brasil. E chamamos a esse processo de consulta popular, para

Sergio Koei

Política do governo arruinou pequenos proprietários

marcar o caráter de projeto político que precisa ter necessariamente a participação popular. Nenhuma transformação social foi feita na história da humanidade sem grandes mobilizações de massa, sem a participação das massas. Agora, didaticamente, achamos que esse processo de debate, de construção de unidade massiva, em torno de um projeto popular, deve superar certos desvios dogmáticos ou reformistas que havia na nossa tradição de esquerda. Os reformistas confundem programa de governo com projeto político. E os dogmáticos confundem o programa de seu partido como sendo o projeto político das massas.

O.S. – Mas o MST no seu conjunto tem uma idéia mais delineada deste projeto popular?

Stedile — Nós achamos que o caminho para construir esse projeto político deve compor-se de vários elementos complementares: primeiro uma análise profunda da realidade brasileira, para identificar com correção quais são de fato os principais problemas de nossa sociedade. Para não cair no superficialismo das conseqüências dos problemas (como desemprego, falta de atendimento de saúde, etc) ou de problemas conjunturais ou corporativos. Para isso devemos levar em conta os estudos, o pensamento de esquerda brasileiro que foi se formando ao longo da história, como por exemplo, através de Florestan Fernandes, na política, Caio Prado Júnior, na história, etc. Segundo, devemos debater quais são as saídas para esses problemas, que os resolvam pela raiz e que consigam atender as necessidades básicas que nosso povo reivindica, como trabalho, terra, educação, moradia, saúde.

E terceiro, compreender que um projeto político não é construído apenas na teoria, mas fundamentalmente pela ação das massas. As massas somente compreenderão o projeto estratégico lutando. Por isso, é preciso manter sempre as lutas de massa, como fator que irá educando o povo e irá alterando a correlação de forças na sociedade, em favor do povo.

> **"Um projeto popular é muito mais amplo do que uma elaboração teórica"**

Por isso um projeto popular para o Brasil é muito mais amplo do que uma elaboração teórica, em que todos lêem, discutem e aceitam. Um projeto político é fundamentalmente um processo de organização e de lutas de massa, em torno de uma visão geral de transformação da sociedade.

E na atual etapa histórica da luta de classes no Brasil acho que estamos muito débeis em todos esses aspectos que assinalei. Precisamos conhecer melhor os problemas brasileiros, buscar as saídas estratégicas e sobretudo organizar nosso povo pela base. Infelizmente nossa esquerda, em geral, ou caiu excessivamente na institucionalidade, ou numa mera retórica esquerdista. E para superar esses desafios que nos atingem a todos, achamos, que nesse momento, o caminho da consulta popular pode ser muito importante.

Por último, quero deixar uma provocação a todos os leitores do vosso jornal. Acho que devemos reformular o conceito de esquerda. Somente pode se considerar de esquerda quem consegue organizar o povo para as transformações sociais.

PARLAMENTO

Lindberg ataca Malan na Câmara

*Publicamos abaixo, os principais trechos da intervenção do deputado do **PSTU** Lindberg Farias após a exposição do ajuste fiscal feita pelo ministro Pedro Malan na Câmara dos Deputados, no dia 3 de novembro.*

"Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e senhor ministro, quando o ministro Pedro Malan fez sua exposição, não ouvimos um aplauso sequer por parte do plenário da Câmara dos Deputados. A base governista estava encolhida. E há razões para isso.

Trago dados já citados pelo deputado Aldo Arantes: a revista *Veja* publicou que R$ 72 bilhões serão pagos a título de juros em um só ano. Essa revista também traz outro dado: em decorrência do aumento de taxas de juros para mais de 40% ao ano, a dívida do governo cresce R$ 6 bilhões por mês.

Pergunto, sr. ministro: como explicar ao aposentado que ele vai ter de contribuir depois de estar aposentado? Esses cortes exigem um extremo sacrifício, porque cortam verbas da educação, da saúde, prejudicam os funcionários e os aposentados. Mas o montante desse corte, senhor ministro, chega a R$ 28 bilhões.

A pergunta que deixo para o senhor ministro é que se temos que pagar R$ 72 bilhões de juros no próximo ano, esses R$ 28 bilhões devem ser consumidos em menos de seis meses de pagamento dos juros a banqueiros. Estamos exigindo um profundo arrocho de toda a sociedade. Estamos castigando os trabalhadores. Para que tudo isso? Para pagar cinco ou seis meses dessa dívida.

Nós, do **PSTU**, queremos registrar nossa posição. Esse pacote do governo, novamente, joga a conta da crise para ser paga pelos trabalhadores. É importante que se repita aquela velha história: quando as bolsas de valores sobem, não são os trabalhadores que botam dinheiro no bolso, são os banqueiros e especuladores que ganham. Agora, com essa crise, eles querem que os trabalhadores paguem a conta.

Por isso, concluo minha intervenção convocando os partidos de esquerda, a oposição brasileira, a dizerem que há sim uma saída para a crise, e não passas pelo arrocho dos trabalhadores. A saída passa pela suspensão do pagamento dos juros aos banqueiros.

Conclamo a oposição brasileira a defender nas ruas e no Plenário a suspensão do pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

Lindberg na Câmara

JUVENTUDE

Congresso aprova luta contra pacote

Luis Fernando,
Membro da Executiva Nacional da UBES

Aconteceu dia 8 de novembro, o 5º Congresso da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Passo Fundo (RS). O Congresso que teve a participação de 70 delegados, foi precedido de um democrático debate realizado em mais de 25 escolas entre todas as teses — **Reviravolta**, *Prá fazer acontecer*(*União da Juventude Socialista*), *Código de Honra* (PDT) e *Sangrar mas não ceder*(anarquistas).

O debate no Congresso foi em torno da preparação das lutas para combater o pacote fiscal de FHC e os cortes de verbas na educação. Além disso, foram aprovados uma séria de pontos que vão no sentido da defesa da educação pública.

Com relação ao próximo governo estadual, do petista Olívio Dutra, era consenso que a vitória eleitoral foi um êxito para os trabalhadores e a juventude, mas que o governo Olívio precisa desde já colocar seu governo a serviço das lutas.

Também foi aprovado no Congresso a proporcionalidade qualificada, diretoria colegiada, cota mínima de 30% de mulheres na diretoria e foi rejeitado os funis estaduais para o congresso da UBES.

A UJS e o PDT com a alegação de atraso no credenciamento, negaram-se a credenciar seus delegados e retiraram-se do Congresso antes da plenária final. A atitude destas correntes contribui para fortalecer a entidade paralela controlada pelo MR-8, que se limita apenas a fazer a carteirinha estudantil. As duas correntes juntas não tinham mais do que 15 delegados. A nova diretoria eleita é composta pela chapa formada pelas teses: **Reviravolta** *e Sangrar mas não ceder.*

Pacotão de desemprego

Mariúcha Fontana,
da redação

FHC se reelegeu prometendo 7,5 milhões de empregos. Mas, as demissões já começaram com seu pacote de "ajuste fiscal" e vão se intensificar nos próximos meses.

Sob o governo FHC, com o Plano Real, o Brasil já atingiu e vive hoje a maior taxa de desemprego de toda sua história: há 13 milhões de desempregados no país. Segundo Márcio Pochmann do Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, "*O Brasil vive hoje a maior crise do emprego dos últimos cem anos. Nem a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século 19, nem a depressão dos anos 30, nem mesmo as recessões do início das décadas de 1980 e 1990 foram capazes de gerar um contingente tão expressivo de desempregados como agora. Somente na Grande São Paulo um trabalhador em cada cinco está sem emprego, e cerca de um em cada três jovens vive na condição de desempregado.*"

Há previsões de que o desemprego pode chegar a 13%, ou seja, a 20 milhões de desempregados no próximo ano.

O desemprego e a intensificação brutal da exploração por parte dos grandes capitalistas é a consequência mais perversa desse pacotão que beneficia os banqueiros e garante a margem de lucro das grandes empresas, especialmente das multinacionais.

As grandes empresas – da mesma forma que os bancos – lucraram muito em todos esses anos de Plano Real e juros altos. Como diz o economista José Martins: "*Seus lucros não pararam de subir nos últimos anos. Na verdade, eles se beneficiam com as altas taxas de juros, pois suas empresas acumulam boa parte do seu lucro com as chamadas receitas extra-operacionais, com operações na esfera improdutiva do mercado financeiro: se endividam no exterior a uma taxa de 8% a 10% ao ano e emprestam dinheiro no mercado interno, para o governo, a 25% ao ano.. (...) Um estudo feito pelo governo, calcula que uma "maxi desvalorização" de 20% do real teria um efeito imediato de elevar a inflação anual dos atuais 5% para 50%. Em setembro, as empresas privadas já eram responsáveis por 53% da dívida externa brasileira. (...) Para salvar as empresas privadas da desvalorização cambial – que aumentaria instantaneamente seus débitos externos na mesma proporção da desvalorização prevista – o governo começou a emitir títulos com correção cambial. O objetivo é dar um seguro para as empresas privadas frente a essa prevista desvalorização do real, transferindo para o tesouro público os prejuízos privados que certamente ocorrerão. Todas essas manobras serão acompanhadas por mais elevação da taxa de juros, reduzindo drasticamente a produção e a oferta de emprego na indústria.*" (*Análise Semanal de Conjuntura Econômica* – outubro de 1997).

Em 1999, poderemos ter até 20 milhões de desempregados

A indústria, que no período de 1989 a 1997 eliminou – segundo o Dieese — 609 mil postos de trabalho só na Grande São Paulo. E entre 1995 e 1996 "*o lucro por empregado cresceu 47, 7%*" (*O Estado de S.Paulo*, 12/10/97). Agora, com a diminuição da produção, ela vai demitir em massa, para manter a mesma margem de lucros. E haverá demissões em todos os demais setores.

Wladimir Souza

Seguro desemprego é ridículo

O governo decidiu pagar mais três parcelas do seguro desemprego no valor de R$ 100 para quem estiver desempregado há mais de um ano, só nas regiões metropolitanas.

Essa medida não compensa nem de longe os milhões de novos desempregados, pois beneficiará uma minoria de desempregados e por muito pouco tempo.

Demissão temporária é... demissão

Para "atacar o desemprego" o governo criou a demissão temporária. A empresa poderá suspender o contrato de trabalho de dois a cinco meses, sem pagar salário. Nesse tempo o trabalhador vai para um curso de requalificação profissional e tem adiantadas parcelas do seguro desemprego. Quando voltar à fábrica poderá ser demitido normalmente, mas não terá mais direito ao seguro desemprego.

Essa medida incentiva as demissões. Pois as empresas ganharão cinco meses para fazer caixa e demitir depois. (M. F.)

O que querem os empresários

A gritaria do grande empresariado contra os juros altos, contra a recessão e contra aumento de impostos, leva muita gente a pensar que eles estariam na oposição ao governo ou, pelo menos, contra o pacotão e, quem sabe, até...a favor dos trabalhadores e contra o desemprego. Nada mais falso.

Os grandes empresários apóiam e defendem FHC, o acordo com o FMI e o "ajuste fiscal" e, sobretudo, defendem que a crise seja jogada de modo ainda mais profundo sobre as costas dos trabalhadores, para que suas margens de lucro não corram riscos.

Há atritos com medidas pontuais do pacote, é verdade. Os grandes empresários não querem o aumento de impostos e também querem que a taxa de juros caia logo.

Eles querem ainda subsídios para o setor exportador e alguns setores – vinculados à indústria nacional – defendem uma desvalorização mais rápida do câmbio (desvalorização do real em relação ao dólar) e também que o governo imponha taxas sobre alguns produtos importados.

Para que o governo possa atender suas reivindicações, no entanto, eles defendem que os trabalhadores sejam ainda mais atacados e de forma mais rápida. Por isso sempre bradam que "o governo não fez sua lição de casa" e por isso "aumenta impostos". A "lição de casa", para eles, é a privatização completa da Previdência, a demissão do funcionalismo público e a flexibilização de toda legislação trabalhista, para que eles se desobriguem do pagamento de inúmeros itens de salário direto e indireto garantidos hoje por lei para os trabalhadores. Querem a cabeça e o sangue dos trabalhadores.

As diferenças no varejo que o grande empresariado tem com o governo, pode levar a crises políticas mais à frente e tais crises devem ser exploradas pelos trabalhadores. No entanto, devem ser utilizadas em benefício da classe trabalhadora contra o governo e contra o grande empresariado e não em defesa dos seus interesses. **(M.F.)**

Sueli Dantas

Exploração total no chão da fábrica

A vida dos trabalhadores está virando um verdadeiro inferno. Além das demissões massivas que já começaram e a ameaça do facão que não cede — as férias coletivas se multiplicam e os Planos de Demissão Voluntária (PDVs) também – há um ataque sem precedentes aos direitos, conquistas e salários dos trabalhadores.

Inúmeras fábricas já estão propondo redução de salários com redução da jornada e sem qualquer compromisso de não demitir.

A patronal chega com uma pauta de redução de custos com mão-de-obra e quer negociar a retirada de inúmeros direitos com os sindicatos e está, na prática, retirando muitos deles e com isso rebaixando salários. Estão reduzindo o adicional noturno, aumentando o preço (desconto no salário) do transporte e refeições, acabando com pausas para o café etc. O Sindpeças (sindicato patronal das autopeças), por exemplo, propôs esta semana reduzir o percentual de pagamento das horas extras e o adicional noturno, sem inclusive nenhuma garantia de emprego, mantendo, portanto, a ameaça de demitir 30 mil trabalhadores até o final de março.

No ano passado, a Volks fechou um acordo com o Sindicato, no qual demitiu e fechou 4 mil postos de trabalho (ameaçavam demitir 10 mil na época) e os rendimentos anuais dos trabalhadores foram reduzidos em 8% com a redução do PLR, do adicional noturno, do subsídio ao transporte e refeição. Além disso acabaram com as pausas coletivas e não permitem mais a venda de 10 dias de férias pelos trabalhadores. Agora, já falam novamente em demissões e querem mais redução de direitos. E a fábrica teve o IPI reduzido para 5% em agosto! Várias fábricas estão falando em não pagar a parcela que devem do 13º, bem como não querem pagar o PLR que devem.

Isso tudo sem falar na famigerada flexibilização da jornada, através dos bancos de horas ou banco de dias, que coloca o trabalhador ao sabor das demandas de produção da empresa e, nos picos de produção, todo mundo trabalha mais tempo e num ritmo brutal, sem receber hora extra. A flexibilização da jornada gera economia para empresa com salários e horas extras, pois sem a mesma ela seria obrigada a contratar mais gente quando a produção cresce. Já os trabalhadores perdem duplamente: ficam ao sabor da empresa, sofrem acidentes de trabalho em função das jornadas extenuantes e não garantem o emprego. **(M.F.)**

Wladimir Souza

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC quer acordo com empresários e Covas

Maratona com empresário é fria

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC marcou para o dia 13 de novembro a "*Maratona pelo Emprego*" que, além de assembléias em portas de fábricas e outras atividades, teria como ponto alto duas atividades com a burguesia. A primeira seria a realização de um painel "*Em defesa do emprego no ABC*" com onde estaria presente o presidente da Anfavea (sindicato das montadoras). A segunda, um painel "*Em defesa do emprego no Brasil*" com Lula e os governadores Mário Covas (PSDB/SP), Olívio Dutra (PT/RS), Garotinho (PDT/RJ) e o prefeito Célio de Castro (PSB/BH).

O objetivo deste evento é buscar alternativas para geração de emprego no Brasil em comum os partidos de oposição e com... as montadoras e Mario Covas! "*Queremos envolver toda a sociedade nesta discussão com um grande dia de mobilização, debates e sugestões de alternativas para a geração de emprego no país (...) se FHC quer contornar a crise com recessão, a gente prefere apostar no crescimento do país*", diz declaração de Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no *Tribuna Metalúrgica*, jornal do sindicato.

As propostas do Sindicato para a geração de empregos – veiculadas no *Tribuna Metalúrgica* – entregues a FHC são: aumento das alíquotas de importação, controle temporário do câmbio, alongamento dos prazos das dívidas externa e interna, estímulo às exportações e incentivo ao turismo interno.

Para Covas foi entregue um documento que tem 10 pontos: reduzir importações; eliminar impostos sobre exportações; manter as antigas regras da aposentadoria por insalubridade, renegociar dívidas das empresas com o Estado, mantendo o nível de emprego e o apoio para a medida no governo federal; redução do ICMS para carros e autopeças, associado à manutenção de emprego e à arrecadação; mudar o recolhimento do ICMS para 30 dias; fim da guerra fiscal entre estados; linhas de financiamento às micro e pequenas empresas, via Banco do Povo, associadas à manutenção de emprego. Fortalecimento da Câmara do ABC e apoio a programas de desenvolvimento da região; apoiar o ABC para receber investimentos da Volks para a instalação de fábrica de transmissões.

Enfim, é um escândalo! Não há nenhuma reivindicação dos trabalhadores nesta plataforma, com exceção da defesa da aposentadoria por insalubridade! Todas as reivindicações beneficiam os empresários: não há sequer uma denúncia da exploração e do ataque aos direitos que a patronal está fazendo contra os trabalhadores. Não há uma linha que chame os trabalhadores a resistir à ofensiva dos empresários. Ao contrário, eles aparecem como pobres vítimas da recessão, com os quais os trabalhadores devem buscar soluções e se "opor ao governo".

Alguém em sã consciência acredita que as montadoras e Mario Covas são oposição a FHC?

Aliança com a patronal que demite, só serve para aumentar o faturamento do empresariado às custas da exploração e do desemprego dos trabalhadores. **(M.F.)**

Uma saída dos trabalhadores

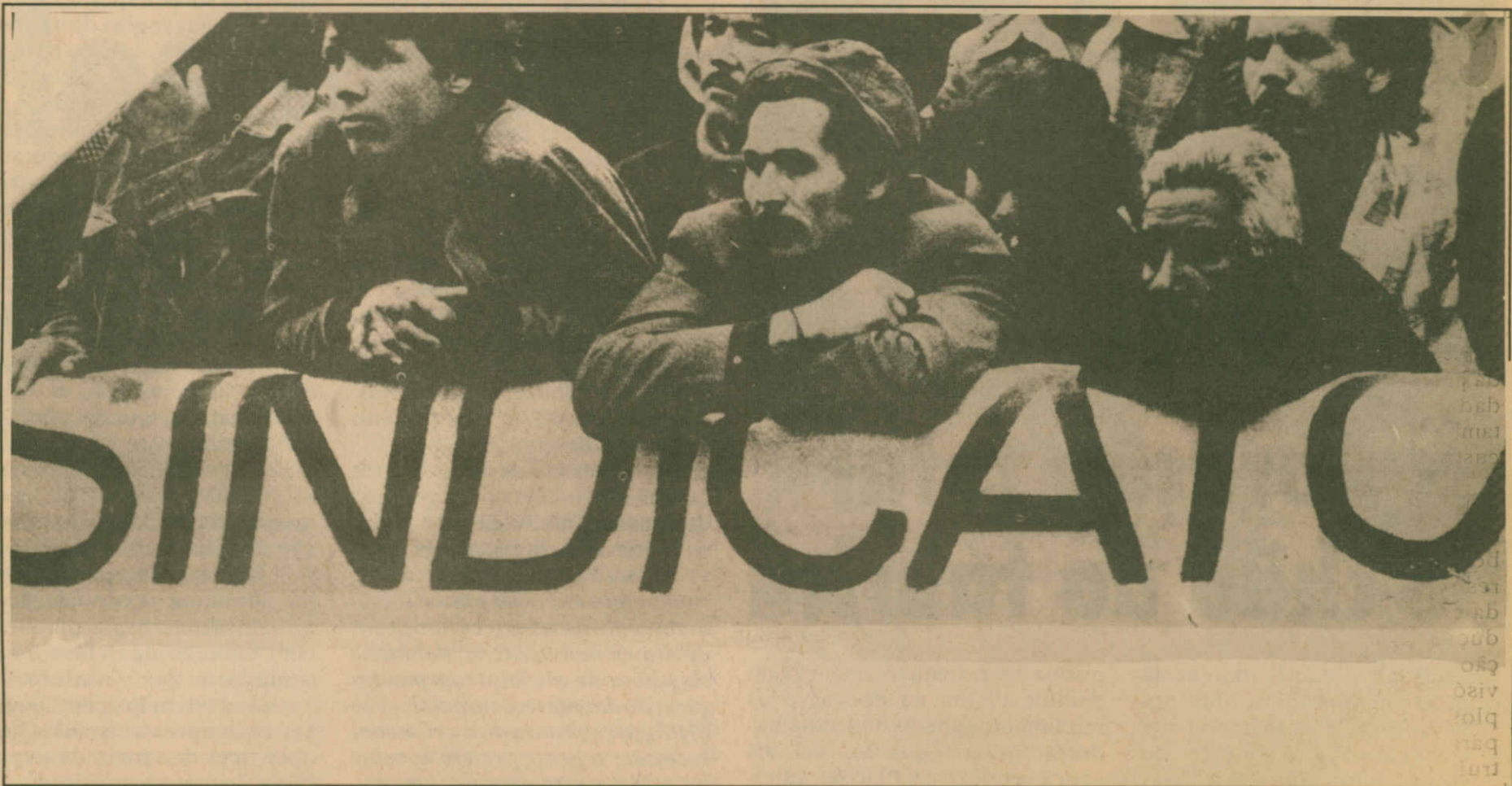
Não há saída para o desemprego, se os trabalhadores não partirem prá cima do lucro da patronal. É preciso organizar pela base os trabalhadores em cima da defesa dos seus direitos, contra as demissões e pela redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução dos salários.

Não é possível cair permanentemente na chantagem da patronal e, pior, adotar várias de suas propostas. Uma coisa é, em função de uma determinada correlação de forças, os sindicatos serem obrigados a aceitar propostas rebaixadas. Outra coisa muito diferente é buscar "soluções comuns" com o grande empresariado e adotar várias das suas propostas. Isso não só não mantém o nível de emprego, como não permite que os trabalhadores acumulem forças na resistência e possam inverter a correlação de forças atual.

Para evitar o desemprego é preciso fazer com que os ricos paguem a conta da crise. Por isso é preciso botar abaixo o pacote de FHC.

Além de defender a redução da jornada, sem redução salarial, devemos defender a Reforma Agrária já e defender também o funcionalismo, que está sendo duramente atacado.

E é preciso também propor a ruptura imediata com o FMI e a suspensão do pagamento dos juros das dívidas externa e interna aos banqueiros e grandes empresários. (M.F.)

FHC prepara uma contra reforma trabalhista

A iniciativa do governo de colocar na ordem do dia o debate sobre a chamada "Reforma Trabalhista", recoloca para o movimento sindical combativo a discussão sobre a organização sindical e relações de trabalho.

Este é um debate que já vem sendo feito no interior da CUT sob vários aspectos, mas que ainda está longe do amadurecimento necessário, particularmente no que diz respeito a levar essa discussão à base dos sindicatos. Superar essa deficiência é um desafio prioritário nesse momento para podermos fazer frente à ofensiva que o governo desencadeou nessa área, junto e apoiado pelos capitalistas. Nestes primeiros artigos queremos contribuir para este debate com as nossas opiniões. Na próxima edição do Opinião Socialista vamos abordar as propostas que estamos propondo sobre os temas relações de trabalho e organização sindical.

José Maria de Almeida,
ex-candidato do PSTU a presidente e membro da Executiva Nacional da CUT

O governo FHC apresenta suas propostas de mudanças na legislação sobre estrutura de organização sindical e de relações de trabalho como um "esforço de modernização", para "superar o atraso do getulismo, garantir liberdade sindical e, por essa via, fortalecer os sindicatos e a livre negociação".

Na verdade, a primeira observação que é importante ressaltar, é que a proposta do governo é uma **contra-reforma trabalhista**. Ela visa simplesmente eliminar e flexibilizar os já poucos direitos trabalhistas existentes, não hesitando, para isso, em atacar profundamente as organizações sindicais combativas. O governo parece pretender retornar às regras (ou mais precisamente à ausência delas) do liberalismo do início do século.

Mas do que se trata exatamente a herança getulista?

A versão mais difundida sobre o significado e o conteúdo da chamada herança do getulismo – versão essa que o governo trata de reforçar nesse momento – é a de que se trata de um arcabouço legislativo de caráter autoritário, paternalista, que atrela os sindicatos ao Estado, que limita sua autonomia e, por conseqüência, é responsável por atrasos e obstáculos na luta dos trabalhadores para defender e ampliar os seus direitos.

Rechaçar a herança getulista não é igual a rechaçar direitos

Essa versão tem sido aceita de maneira acrítica por vários setores. Talvez porque venha acompanhada da explicação de que a sua origem está no objetivo da burguesia brasileira — representada naquele momento por Getúlio Vargas – de estabelecer mecanismos de atrelamento e controle sobre as lutas dos trabalhadores e suas organizações. A base ideológica era evitar o florescimento da idéia de luta de classes e fortalecer a ideologia da conciliação de classes.

Tudo isso tem a sua dose de razão. Mas é uma visão parcial do problema. Todas as medidas tomadas pelo governo Getúlio naquele momento (anos 30 e 40) foram também uma resposta ao crescimento e à radicalização das lutas operárias no nosso país, que geraram grandes polarizações políticas e sociais no início deste século. Foram muitas e muitas greves, greves gerais e com o desenvolvimento de muitas organizações sindicais livres, que se fortaleciam a olhos vistos e que levaram a burguesia e o governo Getúlio a implantarem um novo modelo de organização sindical. Além disso, asseguraram em lei uma série de direitos trabalhistas que eram parte fundamental da pauta de reivindicações das lutas que sacudiram o país nos primeiros trinta anos deste século.

Luta pela autonomia não impede defesa de direitos adquiridos

Compreender bem essa questão é fundamental para a nossa luta nos dias de hoje. Seria um equívoco profundo encarar o debate atual a partir da consideração de que por sermos contra a herança getulista por todo o seu significado – e somos contra essa herança –, não haja nada nela que deva ser defendida contra as iniciativas do governo FHC e da classe dominante.

Com tudo de negativo que caracteriza essa herança, materializada hoje na CLT, é preciso dizer que ela condensa a **maioria dos direitos trabalhistas** que os trabalhadores brasileiros têm hoje. E mesmo com todas as limitações e atrasos à organização sindical causadas pela unicidade sindical, o fato dos sindicatos terem o monopólio da negociação e da contratação possibilita à entidade, se bem dirigida, **impedir a redução dos salários dos trabalhadores** através da negativa em assinar acordos nesse sentido com as empresas.

Nada disso, evidentemente, muda nossa posição histórica em relação à chamada herança getulista. Nem nos move da defesa da plena liberdade e autonomia sindical, e portanto do fim da unicidade e do imposto sindical. Muito menos nos afasta da defesa de uma concepção de organização que defende o sindicato para a luta intransigente contra a burguesia em defesa dos direitos dos trabalhadores e pela sua ampliação; que seja independente politicamente frente à burguesia e ao Estado, pautado na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

Portanto, é importante ter clareza de todos estes aspectos para podermos definir de maneira precisa as táticas que neste momento o movimento sindical combativo deve adotar.

TRABALHO

Modelo neoliberal não aceita estrutura atual

Wladimir Souza

Para eliminar direitos, capitalistas precisam enfraquecer combatividade dos trabalhadores

O modelo neoliberal não pode conviver com o atual modelo de organização sindical brasileiro e com o atual sistema de relações de trabalho. Ele pressupõe o aumento contínuo da produtividade e da qualidade combinada com uma também contínua redução dos custos da produção.

E isso pressupõe a desregulamentação/flexibilização e eliminação de direitos e benefícios dos trabalhadores (flexibilização da jornada com banco de horas, redução de jornada com redução de salários, contrato provisório, são só alguns exemplos que já estão à vista). E para isso é necessário destruir ou no mínimo enfraquecer as organizações sindicais combativas dos trabalhadores.

São mudanças que se enquadram perfeitamente dentro da linha geral que tem norteado a ação de todos os governos defensores do neoliberalismo. Por um lado, afastar o Estado dos conflitos individuais — o que significa dizer que o Estado não mais protegerá os direitos individuais dos trabalhadores, ou seja, eliminar a proteção legal à esses direitos ou dificultar ao máximo o acesso do trabalhador aos meios que o Estado deveria colocar a sua disposição para defendê-los.

De outro lado, levar o Estado a intervir cada vez mais – como elemento repressor e desregulamentador – nos conflitos coletivos (exemplo disso foi a repressão à greve dos petroleiros em 1995).

Se isso já seria um problema grave em qualquer circunstância, torna-se pior ainda nas condições políticas do momento, que favorecem os objetivos das empresas. A recessão e o desemprego deixam os trabalhadores acuados, com pouca ou nenhuma disposição para lutar e cada vez mais reféns das chantagens empresariais. A garantia legal, nessas horas, acaba sendo a única trincheira que resta. É esta trincheira que eles querem destruir. **(J.M.A.)**

Uma volta ao início do século?

O enfoque que devemos dar à nossa luta para atingir o modelo que defendemos de organização sindical e de relações de trabalho, deve ter como centro a resistência, a luta contra as propostas do governo e da burguesia, e a defesa dos nossos direitos.

Esta constatação é ainda mais importante quando observamos que o governo e a burguesia já estão implantando o seu modelo. A flexibilização de direitos já é uma realidade para setores da nossa classe.

O esforço dos defensores do neoliberalismo é para estender e tornar permanentes essas regras (ou a ausência delas) para o conjunto da nossa classe. As lutas dos trabalhadores no início do século conquistaram direitos e contribuíram para a criação das condições que levaram o governo de então a generalizar e a garantir em lei a aplicação destes direitos. Agora, o governo e os empresários pretendem adotar o caminho inverso. (J.M.A.)

Eduardo Guerrero

CUT não pode render-se

A defesa de uma proposta de organização sindical e relações de trabalho do ponto de vista dos trabalhadores, não pode colocar no mesmo patamar as mudanças que nós defendemos no atual modelo e as mudanças que o governo e os empresários estão defendendo. São coisas de sentido oposto. E portanto, não podemos discutir e muito menos negociar pontualmente com o governo e empresários as mudanças a serem feitas, ou melhor, que eles querem fazer.

Ao invés de denunciar de maneira implacável os objetivos que o governo tem com essa discussão e os ataques que ele já está promovendo contra os direitos dos trabalhadores, dirigentes da nossa Central tem se limitado ao debate, as vezes pela imprensa, de medidas pontuais propostas pelo governo.

Tão nocivo quanto, tem sido a atitude de vários setores da nossa Central, quando não só admitem, mas acabam defendendo e mesmo reivindicando acordos de flexibilização de jornadas com o estabelecimento de bancos de horas. É a expressão de uma rendição das direções sindicais que, frente à uma situação adversa, jogam a toalha e passam a defender idéias neoliberais. Os empresários não precisam de ajuda melhor.

Em determinadas circunstâncias, mesmo com a direção sindical estando contra, não é possível evitar a derrota e a implantação de medidas que flexibilizam direitos. Isso depende da relação de forças. O que se exige é que não sejam as direções sindicais a defenderem a flexibilização e muito menos que contribuam para espalhar e dar credibilidade a idéias falsas ("flexibilização garante empregos"). **(J.M.A.)**

Pagamento dos juros da dívida pública consome 6,77% do PIB

Ajuste não soluciona déficit nas contas

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Para convencer os senadores da República a aprovar mais um pacote de medidas econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil, e procurando explicar o que não pode ser explicado, o sr. Pedro Malan, ministro da Fazenda, exibiu inadvertidamente o último exemplar da revista *The Economist*. Na capa, no olho de um maremoto, um navio com velas vermelhas e uma estrela amarela gira à deriva, em direção das águas profundas do oceano. Ao lado, a manchete: *Will China be next? (A China será a próxima?)*

Se o sr. Malan queria desviar a atenção dos verdadeiros problemas econômicos brasileiros, discorrendo sobre os problemas asiáticos, ele acabou fazendo um bom serviço de esclarecimento sobre a atual situação brasileira.

É difícil dizer qual destas duas grandes economias, que centralizam as contradições das maiores áreas dominadas do mundo (Ásia e América Latina) está em pior situação conjuntural. Mas alguns indicadores sugerem que a economia brasileira está em situação mais vulnerável do que a economia chinesa.

Economia brasileira está mais vulnerável que economia chinesa

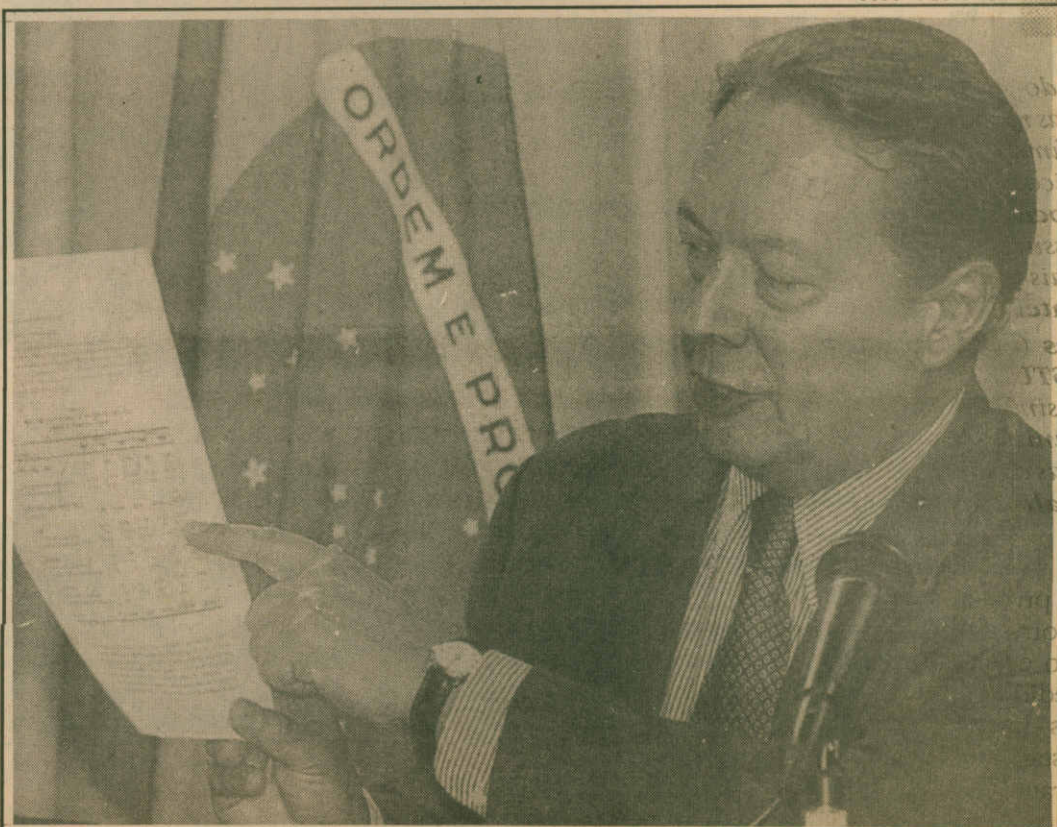
Em primeiro lugar a situação da produção. Se a indústria chinesa está caindo nos últimos meses, a brasileira já estava caindo há mais tempo. Comparando-se com o nível de produção existente em 1994, início do Plano Real, a indústria brasileira tinha crescido até agosto deste ano apenas 22,4%, de acordo com os dados mais recentes do IBGE. No mesmo período, alguns ramos tinham diminuído seu nível de produção. O ramo têxtil, por exemplo, está produzindo neste anos apenas 80% do que produzia há quatro anos atrás.

O nível de emprego geral na indústria brasileira caiu 18% nos últimos quatro anos. Nos últimos doze meses a situação ficou ainda pior: a produção industrial caiu 4,75%, sendo que a indústria têxtil caiu 6,81% e automobilística 15,75%.

Quando se olha a situação do crédito publico, as coisas são ainda mais catastróficas. Segundo dados oficiais do Banco Central, o déficit público (conceito de "necessidade de financiamento") em julho de 1997 correspondia a 4,9% do PIB; em julho de 1998, correspondia a 7,8% do PIB. Todo esse aumento se deve ao déficit operacional, que computa o pagamento de juros e outros encargos financeiros. Entre julho do ano passado e julho deste ano, as necessidades de financiamento do déficit operacional subiram de R$ 24 bilhões para R$ 60 bilhões, um aumento de mais de 151%, quer dizer, é uma vez e meia maior do que há um ano.

A dívida pública interna em julho de 1997 era de R$ 282 bilhões (33,8% do PIB), sobre a qual incidia um pagamento de juros de R$ 26 bilhões (3,26% do PIB). Em julho de 1998, essa dívida tinha subido para R$ 350 bilhões (38,6% do PIB), com pagamento de juros de R$ 46 bilhões (6,77% do PIB). O volume de juros subiu 75% em um ano!

Tudo isso é impagável. Os capitalistas sabem disso. Por isso não querem mais emprestar dinheiro para o governo. Até o crédito à exportação do setor privado está desaparecendo.

Para empurrar com a barriga até onde pode, o governo elevou, para mais de 40% ao ano, a taxa de juros que incide sobre a dívida. É mais elevada do que a taxa de juros russa. É claro que essa panacéia chamada de "ajuste fiscal" não resolve absolutamente nada do crédito e das contas públicas. Mesmo que se fechasse o governo, que se parasse de gastar todas as despesas correntes do setor público (salários, saúde, educação, etc) por um ou dois anos, não resolveria o problema do colapso fiscal do país, simplesmente porque a dívida pública se auto-propaga com mais juros, mais dívidas, mais necessidades de financiamento, mais dívidas, mais juros, e assim por diante. Tanto a dívida externa, quanto a interna, se transformaram em um bem montado triturador de pedaços cada vez maiores do total que o governo arrecada com impostos e receitas em geral.

José Paulo Lacerda

Números de Malan ignoram juros da dívida

Um cenário coreano para o Brasil?

Os arranjos imperialistas procuram manter a governabilidade das classes dominantes internas (Fiesp, Febraban, Cardoso, etc) e o mesmo modelo de dominação atual sobra a economia (abertura, privatizações, dolarização, desregulamentação do mercado de trabalho, etc).

Mas, para que eles tenham sucesso garantido nesta empreitada, têm que contar com um cenário que poderíamos chamar de "cenário coreano". Como foi feito na Coréia do Sul, tanto Brasil quanto China receberiam uma forte linha de crédito via FMI, desvalorizariam suas moedas e fariam uma nova programação de prazos de pagamento da dívida externa com o sistema bancário privado. A produção interna cairia entre 5 a 8% ao ano, durante um a dois anos, mas haveria uma recuperação dos superávits comerciais, o que reforçaria de fato a capacidade de continuar pagando os juros da dívida. Haveria uma enorme quebradeira de empresas, desemprego dobrado, e as melhores empresas privadas do país seriam absorvidas por multinacionais, principalmente na esfera da circulação — comércio, serviços, bancos, etc.

Depressão, concentração e centralização do capital globalizado. Este é o cenário que está na cabeça das classes dominantes internas e externas. Mas o Brasil e a China estariam prontos para continuar à tona, daqui a dois ou três anos, de mais um ciclo de crescimento do capital global, começando tudo de novo e esperando a próxima crise.

Mas o que é necessário acontecer para que esse "cenário coreano" dê certo? Apenas uma coisa: que Estados Unidos e União Européia não entrem em crise nos próximos meses. Se essas economias de ponta entrarem em crise, abre-se então a possibilidade maior de um segundo cenário, que poderíamos chamar de "cenário russo". Neste caso, tanto Brasil quanto China entrariam em um longo e indeterminado período depressivo, com crescente ingovernabilidade das classes dominantes internas e simultâneo enfraquecimento dos mecanismos imperialistas de dominação e controle dessas economias nacionais.

Qual é o cenário mais provável? O "coreano" ou o "russo"? Há possibilidade de se pensar em um cenário intermediário, alguma coisa entre o sucesso do primeiro e a catástrofe do segundo? Tudo depende do que acontecer, em profundidade e em extensão, nas economias de ponta do sistema — Estados Unidos, União Européia, pela ordem — nos próximos doze meses. (J.M.)

Socialistas revolucionários chilenos querem julgamento de genocida

Punição para Pinochet!

Quando do fechamento desta edição ainda não estava definida a situação do ditador-genocida chileno Augusto Pinochet. A decisão se o general seria extraditado para a Espanha ou não estava nas mãos da Câmara dos Lordes (a câmara alta do parlamento britânico). Nesta página, o ***Opinião Socialista*** *continua abordando este assunto e por isso publica os principais trechos da declaração da* ***Liga Internacional dos Trabalhadores*** *(organização com o qual o PSTU mantém fraternais relações) assinada também por algumas organizações políticas revolucionárias como o* ***Movimento pelo Socialismo do Chile****.*

Assim que receberam a notícia da prisão de Pinochet na Inglaterra, ocorrida na noite do dia 16 de outubro em um hospital em Londres a pedido da justiça espanhola, milhares de chilenos e numerosas manifestações em todo mundo comemoraram a detenção. Não é para menos! Alguns pretendem cinicamente apresentar o detido como um octogenário "indefeso". Mas indefesos estavam os milhares de desaparecidos! Indefesos estavam os torturados! Indefesos estavam os milhares de estudantes e operários chilenos que sem piedade foram passados a sangue e fogo pela Junta Militar de *óculos escuros*. O "octogenário indefeso" é o do Estádio Nacional, o do bombardeio sobre o Palácio de *La Moneda*, o assassino de Victor Jara...

Faz dois meses que se completou o 25º aniversário do golpe, um aniversário que se comemorava com tão "Augusto" assassino em liberdade e com a impunidade perpetuada com a anistia que em 1978 a junta militar concedeu a si mesma. E ainda com o título de senador vitalício concedido por uma Constituição elaborada pela própria ditadura. Pinochet representa hoje o maior estandarte dos genocidas vivos, que desfilam pelo mundo sua impunidade.

A detenção desencadeou contra Pincohet novas acusações de genocídio vindas da Suíça, Suécia e Grã-Bretanha. O pedido de extradição para a Espanha ou as acusações de Londres, Estocolmo ou Genebra abriram uma nova situação: está colocada a possibilidade de julgar e punir o genocida. Por isso nas manifestações e atos tem sido unânimes o grito de*: senador vitalício chegou a hora do teu julgamento.*

Arquivo

Pinochet e membros da junta militar em 1973

Todos os genocidas devem ter seu Nuremberg

O presidente chileno Eduardo Frei tem apelado à soberania do Chile para exigir a liberdade de Pinochet. A direita chilena levanta o grito *contra o colonialismo britânico e espanhol* para exigir a liberdade do general. Isso soa como uma macabra provocação. Os que negaram a sangue e fogo a soberania ao povo chileno apelam à soberania agora para exigir a liberdade do genocida. Soa como um cinismo infame dos que hipotecaram o Chile para as multinacionais e bancos britânicos e espanhóis falar agora em anticolonialismo. É também de um cinismo sem limites dos que colaboraram com a afronta imperialista de Thatcher na guerra das Malvinas, dos que aplaudiram o massacre no Iraque ou calaram-se com a intervenção ianque no Panamá, falar em soberania.

O governo presidido pelo senhor Frei, a direita e os militares chilenos que apelam para a "soberania" sabem que o fato em si desmascara a farsa da transição no Chile e abre uma crise política que se aprofunda a cada dia que o general permanece preso. Uma crise política devido também a ameaça de crescer e explodir toda a indignação e raiva contidas, toda raiva legítima dos trabalhadores, da juventude e do povo chileno diante da impunidade dos militares e da miséria que foi enraizada no país pela mão da junta militar e depois pelo governo Frei.

Não há atropelo algum à soberania do Chile, ninguém invadiu o Chile para prender Pinochet. A apelação à "soberania" neste caso é o argumento que pretende legitimar a impunidade. Os argumentos do presidente Frei e da direita chilena têm o mesmo valor moral e político que os dos generais nazistas apelando à soberania da Alemanha para escaparem dos julgamentos de Nuremberg.

Pinochet tem que ser julgado e punido por seus crimes contra a humanidade, como foram julgados os militares nazistas, como também deveriam ser julgados os assassinos do povo curdo, do povo bósnio e do Kosovo.

A garantia é a mobilização

O entusiasmo provocado pela oportunidade de julgar o genocida tem levado no Chile e em muitos lugares ao apoio aos juizes espanhóis. É expressão de um desejo legítimo e reflete a ansiedade diante da possibilidade concreta e imediata de colocar Pinochet atrás das grades. Porém, hoje, a única garantia para manter, primeiro a detenção e depois o julgamento é a mobilização do povo chileno e a solidariedade das organizações operárias, sindicais, de direitos humanos da Europa e do mundo inteiro.

Deixar o caso nas mãos da justiça espanhola ou depositar ilusões na mesma, é deixar "a raposa cuidando do galinheiro". Não se pode deixar a tarefa de julgar aos que universalizaram a impunidade. A transição espanhola, modelo dos modelos (que guiou a transição chilena) não foi outra coisa que a legitimação da impunidade de um regime de 40 anos, com dezenas de milhares de mortos, torturados e desaparecidos. Os juizes espanhóis são parte essencial do regime monárquico herdado de Franco.

Nestes dias, a tarefa número um das diplomacias chilena, britânica e espanhola é a busca de uma saída à situação que envolve o processo de Pinochet. Nem o governo de Frei, nem o de Aznar tem o menor interesse em prolongar esta situação que abre crise política e que põe em julgamento a transição chilena e mesmo a espanhola.

As organizações da **Liga Internacional dos Trabalhadores** somam-se à justa exigência de julgamento e castigo para o genocida. Basta de impunidade! Extradição para Madrid, Genebra ou onde seja desde que seja para julgar e punir Pinochet! Revogação da lei de anistia da junta militar chilena! Ampliar a mobilização operária e popular no Chile, na Europa e em todo o mundo!

Reforma ameaça legalidade do PSTU

Ricardo Barbosa,
de Brasília

Já está em andamento no Senado a discussão acerca da reforma político-partidária. No dia 11 de novembro, foi apresentado na Comissão Especial do Senado designada para estudar o assunto, o relatório do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que contém uma série de medidas que vão no sentido de diminuir o espaço da oposição, extinguir os pequenos partidos e disciplinar a própria base de apoio governista.

O relatório propõe mudanças estruturais e de médio prazo como, por exemplo, a mudança do sistema eleitoral que existe no país para um sistema eleitoral misto, instituindo o voto distrital. A partir desta mudança, se for aprovada, já em 2002, os eleitores teriam direito a votarem duas vezes, uma vez no candidato de seu distrito e outra vez na legenda partidária de sua preferência. Ao final da eleição, a bancada de deputados federais de um respectivo estado seria composta 50% por deputados eleitos diretamente em seus distritos e outros 50% por deputados a que tiverem direito os partidos, de acordo com a votação de sua legenda e obedecendo a ordem de votação de cada candidato em convenções partidárias com voto secreto e "vigiadas" pela justiça eleitoral.

Com a redução do número de deputados que serão eleitos pelas legendas partidárias para 50%, automaticamente dobra o coeficiente eleitoral para um partido obter o direito de eleger seu deputado.

Outra mudança proposta é a que trata de fidelidade partidária. Se aprovada, deputados eleitos por um partido não poderão, durante seus mandatos, deixar o partido pelo qual foram eleitos, sob pena de perda de mandato e inelegibilidade por dois anos. Há também propostas de emendas constitucionais que propõem a perda de mandato quando o deputado votar contra a orientação de seus partidos.

Cleber Medeiros

Reforma política quer diminuir espaço da oposição

Medidas draconianas para 1999

No relatório do senador Sergio Machado, há medidas de curto prazo que visam iniciar a extinção dos pequenos partidos já a partir de 1999. Por exemplo, o relatório estabelece que os partidos precisam ter desempenhos positivos na disputa eleitoral para a Câmara Federal (ou seja, eleger parlamentares) o que, se não ocorrer, o partido deixará de ter direito a receber verbas do fundo partidário, além de não mais poder utilizar o atual horário de propaganda gratuita no rádio e na TV. Se tal medida começar a valer já a partir do próximo ano, nas eleições municipais do ano 2000 o PSTU já não teria o tempo de TV e rádio e caso seja aprovada proposta que obriga a ter representação parlamentar para que os partidos concorram com cargos majoritários, o PSTU sequer terá direito a lançar candidatos a prefeito.

No parlamento já tomamos iniciativas como algumas reuniões do deputado federal Lindberg Farias com senadores. O nosso objetivo é acompanhar passo-a-passo a discussão da reforma para preparar o nosso partido para lutar contra este ataque profundamente antidemocrático. (R.B.)

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - tel (011) 549-9699 / 575-6093
Alagoinha (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105
Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105
Belém (PA): Travessa 3 de Maio, 1807 - São Brás - tel (091) 249-1639
Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, sala 201
Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel (061) 225-7373
Diadema (SP): Praça dos Cristais, 6 sala 3 - Centro
Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro
Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972
Goiânia (GO): (062) 225-6291
Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita
Maceió (AL): Rua Minas Gerais,197/2 - Poço
Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821- Altos Centro - tel (092) 234-7093
Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro
Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro
Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063
Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro
Recife (PE): Rua Leão Coroado, 20 - 1º andar - B. da Boa Vista
Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242
Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689
São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho, 64
São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845
São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53
São Luís (MA): tel (098) 246-3071
São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416
Terezina (PI): Rua Lizandro Nogueira, 1655 sala 02 - Centro

O endereço da nossa home page é: pstu.home.ml.org

Nosso E-Mail é: pstu@uol.com.br

PSTU
Jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92